

ATA DA 084ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Nilso José Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Aborda projeto de lei, de sua autoria, que institui a campanha estadual "Todos somos pedestres - Respeite a sua própria preferência".

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA - Refere-se à indicação, de sua autoria, sobre a SC-302.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Comenta a dívida dos estados e municípios com a união.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Reporta-se à criação da Defensoria Pública.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (aparte) - Aborda a criação

da Defensoria Pública.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Refere-se à criação da Defensoria Pública.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda o trabalho que realizou no primeiro semestre do ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, o primeiro horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, como médico ortopedista, tenho a preocupação de falar hoje à comunidade catarinense sobre a faixa de pedestres.

Nós não respeitamos a faixa de pedestres no estado de Santa Catarina, posso dizer, e no Brasil também não respeitamos.

Mas nós, como catarinenses, temos a obrigação de alertar as entidades, ao governo, representações políticas, e este Poder. Através deste Poder elaborei um projeto de lei que institui a campanha estadual "Todos somos pedestres - Respeite a sua própria preferência", e adota outras providências.

(Passa a ler.)

"Art. 1º Fica instituída no Estado de Santa Catarina a Campanha Todos Somos Pedestres - Respeite a sua própria preferência.

Parágrafo Único. A campanha de que trata este artigo será realizada anualmente na primeira semana do mês de dezembro.

Art. 2º A presente Lei tem por finalidade:

I - a realização de palestras para esclarecimento e conscientização sobre a necessidade de respeitar o pedestre e sua movimentação junto à faixa de travessia, as possíveis consequências quando desrespeitada a referida sinalização, bem como sobre o correto comportamento do pedestre;

II - a divulgação da campanha por intermédio de propaganda em rádio e TV; e

III - a interação entre agentes de trânsito, Polícia Militar e população em geral.

Parágrafo único. Os eventos descritos neste artigo não estão limitados à Campanha objeto da presente Lei, podendo os mesmos ser realizados a qualquer tempo.

Art. 3º Na execução desta Lei, o Poder Público poderá firmar convênios e parcerias com entidades afins.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O respeito ao pedestre deveria partir espontaneamente do cidadão, no entanto, dada a evidente ausência de consciência de alguns, o Estado precisa intervir.

O novo Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei n. 9.503/97, que não é tão jovem assim, estabeleceu de forma expressa a preferência do pedestre que se movimenta na respectiva faixa. Essa foi, de fato, uma conquista importantíssima do pedestre.

Nos termos do referido código, constitui infração gravíssima 'Dirigir ameaçando os pedestres que estejam atravessando a via pública, ou os demais veículos', punida com multa e suspensão do direito de dirigir. O art. 214 disciplina que 'Deixar de dar preferência de passagem ao pedestre e ao veículo não motorizado: I - que se encontre na faixa a ele destinada; II - que não haja concluído a travessia

mesmo que ocorra sinal verde para o veículo; III - portadores de deficiência física, crianças, idosos e gestantes' caracteriza infração gravíssima, com pena de multa. Isso tudo sem prejuízo de outras sanções caso venha, com essa conduta, lesionar ou matar alguém. Ocorre que tais previsões não têm sido suficientes para a definitiva conscientização do cidadão.

Em países como a Espanha e os Estados Unidos, dar preferência ao pedestre que está na faixa respectiva ou que pretende ingressá-la é uma prática comum, rotineira. Aqui no Brasil, quando isso ocorre, o pedestre não só fica surpreso, como agradece ao motorista como este estivesse fazendo-lhe um grande favor!

No nosso país, há pelo menos quatro localidades onde a Lei de Trânsito, em relação ao pedestre que se encontra na faixa respectiva ou que pretende adentrá-la, é respeitada: Brasília - DF, Natal - RN, Gramado e Canela/RS e Riviera de São Lourenço (modelo de ocupação urbana, reconhecido internacionalmente), localizada no município de Bertiooga, SP. Idêntico exemplo espera-se em breve de todas as cidades do estado de Santa Catarina.

É claro que o pedestre também tem obrigação no trânsito. Nunca é demais lembrar que toda e qualquer pessoa tem direitos e obrigações. Ninguém é titular absoluto de deveres e de direitos, mas todos esses temas deverão fazer parte da campanha pretendida.

Portanto, a realização de uma campanha anual se faz importante, eis que promoverá o alerta necessário para despertar a consciência dos catarinenses para a importância de respeitar a faixa de pedestre e dar exemplo aos demais estados brasileiros, como as cidades acima mencionadas estão fazendo."

Assim, esse projeto tem, sim, o objetivo de aumentar os cuidados que devemos ter no trânsito com o pedestre. E quem são os pedestres? Somos nós, as pessoas que vão atravessar uma faixa no trânsito. Temos realmente que ter essa consciência em nível de

Santa Catarina, para que possamos com isso dar mais respeito às pessoas, evitando mortes, atropelamentos, problemas familiares e assim por diante.

Então, essa consciência de trabalharmos em prol do cuidado da faixa de pedestre está na consciência de cada catarinense. Você, motorista, deve ter essa consciência e, como falei no meu discurso, quando paramos não estamos fazendo um favor ao pedestre, isso é um direito dele, nós é que estamos desrespeitando a lei quando não paramos na faixa de pedestre.

Era essa a nossa mensagem sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Jorge Teixeira, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE TEIXEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, encaminhamos ao sr. governador do estado uma indicação para que seja construído um *bypass* na rodovia SC-302, entre os municípios de Aurora e Laurentino. Essa rodovia é muito importante porque escoia toda a safra da região da cebola, faz o escoamento industrial de todo o cimento produzido em Vidal Ramos, o escoamento de toda a indústria da construção civil da região de Ituporanga.

Mas, hoje, a SC-302 está causando transtornos na área urbana do município de Rio do Sul, haja vista que ela corta o nosso município pela rua Rui Barbosa, que é uma via central, urbana, residencial e de colégios.

Por isso, solicitamos que o sr. governador do estado, o secretário Valdir Cobalchini, façam os projetos para que essa rodovia entre na localidade de Aurora, Ribeirão Strey e saia no Ribeirão do

Tigre, na cidade do Rio do Sul, já na BR-470, no trevo de entrada da cidade de Rio do Sul.

Pedimos ao sr. governador carinho com relação a essa solicitação, uma vez que a comunidade de Rio do Sul necessita muito desse projeto e dessa construção da rodovia.

Sr. presidente, era o que tínhamos para hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado deputado Jorge Teixeira.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital.

Antes de entrar no assunto que pretendo abordar no horário dos Partidos Políticos que foi concedido pelo meu amigo deputado Silvio Dreveck, preciso rapidamente trazer algumas informações sobre as reuniões que tivemos na segunda-feira e no dia de ontem, em Brasília, reunidos novamente com a diretoria da Unale em várias audiências, dando sequência ao trabalho que estamos fazendo, a luta que estamos empreendendo no Brasil inteiro, deputado Jorge Teixeira, na busca de uma solução para a renegociação da dívida dos estados.

Ontem, deputado Moacir Sopelsa, deputado Silvio Dreveck, estivemos com o ministro Valmir Campelo no Tribunal de Contas da União, que foi designado relator na questão da dívida dos estados e municípios com a união.

Agora, deputado Romildo Titon, o Tribunal de Contas resolveu separar o tema dívida de estados e municípios com a união do restante das contas.

Então, o tema, graças a Deus, começa a movimentar e a fazer com que cada órgão crie estruturas para colocar esse assunto em pauta.

Voltei animado porque agora temos outro Fórum para discutir, embora a decisão seja política, sabemos disso, mas o Tribunal de Contas vai se posicionar como órgão técnico sobre isso. E o que falávamos ontem para o ministro Valmir Campelo, deputado Dado Cherech, é que este paliativo que o governo federal vem encontrando só aumenta o problema a longo e médio prazos.

Os empréstimos que estão sendo concedidos aos estados são bem-vindos, deputado Jorge Teixeira. Ontem foi lançado o PAC catarinense e serão mais de R\$ 3 bilhões de investimentos. Como bem disse ontem aqui nesta tribuna o deputado Valmir Comin, eu o assisti pela TVAL, que se eles forem bem aplicados, e confio muito no Murilo Flores na gestão desse PAC, não tenho dúvida de que estes R\$ 3 bilhões poderão render muito mais.

O problema, deputado Silvio Dreveck e deputado Moacir Sopelsa, é que nós continuamos assistindo o endividamento dos estados. Ou seja, o problema não está sendo resolvido. Está sendo jogado para frente, está sendo protelado. E quem terá que buscar solução para isso serão os nossos filhos, os nossos netos, porque parece-me que vai passar o nosso tempo e não vamos resolver, porque são sete anos de carência e mais 20 anos para pagar.

Estamos pagando uma conta desde 1998 que era 4,3. Pagamos sete e ficamos devendo 10, porque o governo federal pratica juros escorchantes contra os estados. Repito aqui e quero deixar sempre em alto e bom som, esta não é uma crítica ao governo da presidente Dilma Rousseff. Quem criou este problema não foi a presidente Dilma. Este problema vem de 1997, 1998, e também não foi o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso quem o criou, o que aconteceu naquele período foi apenas a consolidação das dívidas que os estados têm. Só que nós vivíamos uma realidade econômica totalmente adversa da que vivemos agora. Nós vivíamos uma realidade econômica de juros de 10% ao mês. Muito diferente da realidade atual.

Ontem, no Tribunal de Contas, encontramos essa alternativa e convidamos v.exa., deputado Sandro Silva - não sei se estará aqui como deputado, espero que esteja -, para participar. Pretendemos, no dia 19 de novembro, realizar aqui nesta Assembleia Legislativa um grande seminário nacional, envolvendo os Tribunais de Contas dos estados, o Tribunal de Contas da União, a Unale e o colégio de presidentes das Assembleias Legislativas.

O ministro Valmir Campelo aceitou o convite para estar aqui, e estamos articulando através do conselheiro Sebastião Helvecio, de Minas Gerais, a participação de todos os Tribunais de Contas do Brasil. Certamente o nosso, como anfitrião, também fará a sua parte, para que possamos dar um encaminhamento definitivo a essa questão das dívidas dos estados, resolver, solucionar e não protelar. Não dá mais, deputado Silvio Dreveck, para assistir essa cobrança de juros que nos retiram todos os meses recursos importantes da educação, da saúde, da segurança e de outras áreas em que o estado precisa investir.

Deputado Dado Cherem, precisamos ficar batendo nessa tecla. No ano passado nosso estado, somando tudo, investiu R\$ 1 bilhão e só por conta da amortização da dívida nos foram retirados dos cofres R\$ 1,5 bilhão, é uma vez e meia o que investimos, deputada Dirce Heiderscheidt, investimos R\$ 1 bilhão e R\$ 1,5 bilhão nos foi retirado por conta da amortização de uma dívida que só cresce e que não acaba nunca.

Disse ontem ao ministro Valmir Campelo: O interessante, ministro, é que todos apoiam e ninguém resolve. Sabem o que sentimos em Brasília, deputado Moacir Sopelsa e deputado Silvio Dreveck, naquela caminhada que fizemos? Todos concordam que os estados têm razão, todos concordam que o que a união pratica contra os estados é agiotagem, só que não se consegue chegar ao poder de decisão para que alguém mande resolver, uma vez que está prejudicando e

levando ao caminho da falência a médio e longo prazos os estados e os municípios deste país.

Não me cansarei de fazer este alerta até encontrarmos uma solução, não vamos largar essa bandeira, vamos ficar chatos, deputado Moacir Sopelsa, insistentes, e dia 19 de novembro estaremos todos aqui, Dia da Bandeira, uma segunda-feira, os Tribunais de Contas do Brasil inteiro, da união, para dizer que não vamos esperar e que não vamos calar. Não sairei desta tribuna enquanto instituição, para conclamar por essa renegociação que, sendo feita, será colocar dinheiro no cofre do estado, ou melhor, não será colocar porque está lá, será impedir que seja retirado. Ninguém quer praticar calote, nós queremos pagar, queremos que esse dinheiro fique aqui e que se paguem juros honestos e justos para a confederação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Vamos suspender a sessão até as 11h, no horário da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0059/2012; 0127/2012; 0141/2012; 0150/2012; 0158/2012; 0159/2012; 0160/2012; 0163/2012; 0164/2012; 0186/2012; 0188/2012; 0199/2012; 0203/2012; 0208/2012; 0211/2012; 0216/2012; 0225/2012; 0228/2012; 0232/2012; 0243/2012; 0246/2012; 0255/2012; 0257/2012; 0260/2012; 0262/2012; 0277/2012 e 0626/2012.

Esta Presidência comunica também que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0342/2012, de

autoria do deputado Dirceu Dresch e 0343/2012 de autoria do deputado Jorge Teixeira.

Comunica, ainda, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0707/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch e 0708/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Pedido de Informação n. 0061/2012, de autoria do sr. deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre quais as empresas que requerem o refinanciamento de suas dívidas através do Revigorar I, II e III.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da matéria da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de abordar o projeto que vamos votar hoje, que trata da Defensoria Pública.

Ontem, por volta da 1h da madrugada, não sei quantos telespectadores da TVAL estavam assistindo o canal naquele momento, mas eu era um deles. Estava chegando de Brasília no último vôo e fiquei assistindo um pouco até para saber como tinha sido a sessão de ontem, já que não estava nesta Casa, porque cumpria compromissos que a presidência da Unale exige, tratando, como já relatei antes, dessa questão da renegociação da dívida dos estados com o Tribunal de Contas da União, com o ministro Valmir Campelo e saímos com uma boa perspectiva. Inclusive vamos realizar um grande seminário aqui em Santa Catarina no dia 19 de novembro, com a participação

do Tribunal de Contas da União e dos tribunais dos estados, além da Unale e do colégio de presidentes.

Mas assisti atentamente ao pronunciamento de v.exa., deputado Mauro de Nadal, sobre essa questão da Defensoria Pública, em relação a qual, aliás, esta Casa deverá manifestar-se ainda hoje, à manifestação do deputado Neodi Saretta e ao aparte que foi concedido ao deputado José Nei Ascari.

Gostaria de dizer que tenho uma posição definida, já formada há muito tempo, deputado Mauro de Nadal, que é muito parecida com a de v.exa., ou melhor, também entendo que o modelo que tínhamos em execução em Santa Catarina, o da Defensoria Dativa, era o melhor do Brasil, não tenho dúvida. Estou absolutamente convencido disso e discuto este assunto em qualquer lugar. Com todo respeito que tenho ao trabalho dos defensores públicos, das defensorias, mas o modelo que Santa Catarina construiu dava certo, evidentemente que precisaria de ajustes, mas saiu a decisão do Supremo Tribunal Federal e fomos incompetentes, acredito, na defesa daquele modelo.

É bem verdade que o dispositivo constitucional pesava contra nós, mas penso que deveríamos ter sido mais competentes e mostrado aos ministros do Supremo que tínhamos um modelo eficiente, porque, deputado Neodi Saretta, na maioria dos estados do Brasil os problemas com a defensoria são gigantes, e justamente por aquilo que v.exa. destacou: falta de estrutura. V.Exa. reconheceu que temos que criar condições para resolver esse problema, porque não dá para tirar dinheiro da Educação e da Saúde, que é o que sempre ocorre quando se mexe no caixa-geral. Temos, sim, que criar condições para reduzir outras estruturas, mas, como bem observou v.exa., com a Defensoria Pública nunca chegaremos próximo daquilo que a Defensoria Dativa proporcionaria.

A capilaridade da Defensoria Dativa é inquestionável, incomparável, de menor custo, com mais resolubilidade, mais presença e acesso ao cidadão, como, por exemplo, aquele que não teve o

seu caso repercutido na imprensa e que ninguém sabe que padece, carece e necessita da assistência jurídica do estado.

Lá no pequeno município, e vou citar o menor da minha região, Santa Rosa de Lima, nunca chegaremos ao ideal de termos um defensor público, porque eu não consigo imaginar de onde se possa retirar recursos para chegar a um defensor em cada município, que seria o ideal nos pequenos. É evidente que um para Joinville não atenderia a necessidade, mas lá no pequenino município de Santa Rosa de Lima há mais de meia dúzia de advogados que podem prestar esse serviço com resolutividade e por um custo muito menor. Até porque ele somente vai ser remunerado por aquele serviço prestado quando a causa que ele defendeu estiver transitada em julgado. Esta é a diferença.

Nesses anos em que milito na nossa entidade, a Unale, não foram poucas as vezes que parlamentares de outros estados do Brasil pediram-me exatamente para falar sobre esse modelo e reclamar que o modelo que eles têm não funciona. E aí eu trouxe, deputado Mauro de Nadal, aquela manifestação da senadora Ana Amélia Lemos feita no dia 21 de maio na tribuna do Senado que mostra essa dificuldade da união.

A Defensoria Pública da união existe desde 1995. Temos no Brasil 489 defensores públicos. Isso corresponderia a 14 em Santa Catarina, porque considerando que o Brasil tem uma população economicamente ativa na ordem de 130 milhões, aqui em Santa Catarina em torno de 3,6 milhões, na mesma proporção, com 489 que temos no Brasil para atender o país inteiro, daria 14 defensores públicos aqui em Santa Catarina.

Ainda estamos nessa proposta capitaneada, liderada pelo deputado José Nei Ascari, que é o relator, e, como bem reconheceu o deputado Neodi Saretta ontem, conseguimos evoluir. É evidente que não para o ideal. Eu defendia, sim, uma defensoria em cada mesorregião bem estruturada, com condições e equipamentos, porque vejo que a Defensoria Pública

nacional reclama a falta de veículos, sede, internet e meios para funcionar. Então, se tivéssemos seis em cada mesorregião bem estruturada e equipada para poder, na parceria com a OAB, universidades e outros órgãos que precisam participar, prestar um serviço de mais resultado, eu penso que conseguiríamos melhorar esse serviço e melhorar a fiscalização.

Também dissemos na reunião que fizemos anteriormente sobre isso, deputado Mauro de Nadal, que se não forem seis, têm que ser 21 para haver uma em cada microrregião, deputado Neodi Saretta, porque daí temos que atender aquela estrutura que a Fecam, entidade que v.exa. já presidiu, distribuiu nos municípios do estado.

Então, vamos estruturar dessa forma, equipá-las bem e melhorar o atendimento e a fiscalização dessa parceria com a OAB, e eu não tenho dúvida de que o resultado será bom.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. faz, com muito conhecimento de causa, o debate dessa matéria importante que hoje à tarde deverá ser apreciada neste Parlamento.

Eu lanço sempre duas visões sobre o tema. A primeira, a visão do administrador frente às dificuldades que o estado já possui, frente ao esforço que o governo vem fazendo para atender áreas prioritárias, áreas afins. E para a estruturação da Defensoria Pública, vamos ter que retirar da possibilidade de investimentos que o estado terá para Santa Catarina o recurso necessário para a implantação de tudo isso.

Coloco-me em outro polo na citação da pessoa mais necessitada do estado de Santa Catarina, que vive no pequeno município, que não é comarca hoje, onde temos advogados prestando assessoria jurídica gratuita ao necessitado, mas remunerada em determinados casos pelo estado. E esta pessoa, no pequeno município, não vai ter o defensor público

para defendê-la nas situações em que necessitar. Então, é este trabalho que hoje vem sendo feito com muita precisão pela OAB, pelas universidades do estado de Santa Catarina que merece ter continuidade. Por isso, defendi o modelo de criação de seis Defensorias Públicas no estado, como um polo centralizador, e o repasse dessas atribuições para a OAB, para universidades, para atender as pessoas que mais necessitam em todos os cantos do nosso estado.

Parabéns pelas suas colocações e comungo com v.exa., com vosso posicionamento.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli, quero agradecer e parabenizá-lo pelo debate.

Entendo que a primeira grande decisão que precisamos tomar é se de fato estamos convencidos que a Defensoria Pública é importante para o nosso estado e para população, principalmente a de baixa renda, e a outra questão é o custo. Eu quero discutir o custo. O que custa hoje a Defensoria Dativa e o que consegue fazer para a população, principalmente em relação ao trabalho preventivo, articulado, extrajudicial. Estou disposto a fazer essa discussão para que Santa Catarina tenha uma Defensoria Pública que possa atender a nossa expectativa e eu acredito que isto possa existir.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - O debate é importante, e o deputado Neodi Saretta frisou muito bem ontem, esta Casa é que está construindo esta matéria, nós temos uma responsabilidade muito grande. O deputado José Nei Ascari, repito, agiu com muita responsabilidade, com muita humildade, ouvindo e oportunizando a participação de todos. Quem sabe possamos, hoje à tarde, iniciar a construção de um projeto que vai ser referência para o Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, estamos finalizando este primeiro semestre do ano 2012, e quero hoje trazer presente um dos grandes temas que este Parlamento debate. Entendo que este semestre teve momentos extraordinários nesta Casa, e fechamos o semestre com grandes temas em discussão. Eu destacaria o tema Defensoria Pública, trazido à tribuna há pouco pelo deputado Joares Ponticelli, que é o anseio da população catarinense, o anseio dos movimentos sociais, enfim, do conjunto de entidades, que inclusive encaminharam um projeto de iniciativa popular, que infelizmente não andou nesta Casa.

Mas na minha fala de hoje quero abordar alguns momentos do primeiro semestre de 2012, também destacar o nosso trabalho, e agradecer à nossa bancada a oportunidade de, mais uma vez, representá-la. Destaco, também, o trabalho como Oposição, de fiscalização, de propor políticas, de articular políticas para Santa Catarina junto ao governo federal que, felizmente, mais uma vez, investe um grande recurso em nosso estado, dando oportunidade ao governador Raimundo Colombo de, ontem, reunir seus secretários, reunir a imprensa e anunciar medidas para o nosso estado.

Uma cobrança que fiz muitas vezes nesta tribuna, foi que o estado de Santa Catarina precisaria ter também uma política ofensiva de investimentos, de recuperação de setores da economia catarinense, investimentos em áreas sociais, que está caótica. Infelizmente não vi investimentos na área da saúde, que na campanha o governador dizia que era prioridade. Não estamos vendo essa prioridade.

O que estamos cobrando é que não pode só haver investimentos endividando o estado, buscando dinheiro para os futuros governos pagarem. É preciso enxugar a máquina pública, construir uma expectativa

com os próprios recursos do Tesouro do Estado para fazer investimentos, que hoje não estão sendo feitos.

Então, além desse nosso trabalho de fiscalização, de cobrança do programa de governo anunciado, que deu oportunidade do governador se eleger já em primeiro turno, a sociedade tem uma expectativa e continua cobrando, e nós somos aqui os interlocutores dessa cobrança.

Além desse trabalho todo que viemos fazendo, existem temas específicos relacionados à Santa Catarina que precisam ser abordados. Temos grandes temas como o das enchentes, como o da estiagem. E conseguimos incluir agora um investimento importante de R\$ 60 milhões. Esperamos que sejam aplicados os recursos de investimentos do BNDES para as regiões atingidas pela estiagem.

Temas como da agricultura, a questão do Plano Safra, que estamos acompanhando, o tema da suinocultura, sobre o qual acompanhamos os debates em Brasília na semana passada. Temos outra questão importante que é o conflito na área de agricultores indígenas nos municípios de Cunha Porã e Saudades, problema para o qual temos dedicado boa parte da nossa agenda e do nosso debate neste ano. Estamos com um convênio assinado pelo governo do estado para que repasse recursos a fim de comprar uma área para os indígenas.

Além desses temas, estamos na luta pelo tema das ferrovias, que é um grande apelo dos setores produtivos, seja dos agricultores familiares, seja das empresas, seja da agroindústria do nosso estado, principalmente do oeste catarinense onde faltam investimentos na infraestrutura. Tivemos passos significativos neste encaminhamento na área das ferrovias. Estivemos num encontro da Unale em Natal discutindo esse tema com outros países, estivemos na Argentina debatendo esse tema das ferrovias num encontro do Parlasul.

Temos o tema da habitação rural e urbana, setor onde vem sendo construída uma política importante

pelo governo federal no interior e na cidade com o Programa Minha Casa Minha Vida, pelo PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural. Cobramos do estado investimentos em habitação, e podemos dizer que o investimento é zero em habitação popular por parte do governo de Santa Catarina.

O tema alimentação saudável, que construímos aqui com as organizações, com os movimentos, com as entidades. Estamos, inclusive, num debate com a Mesa desta Casa para construir uma campanha de esclarecimentos, campanha de alimentação saudável para trazer mais saúde para a nossa população. Temos aí o projeto, que está tramitando nesta Casa, de 20% de produtos orgânicos na alimentação escolar para nossas crianças em idade escolar.

Além disso, outros temas como o acesso à informação, pois a sociedade brasileira e catarinense tem esse direito, mas temos tido grandes dificuldades, principalmente com o Tribunal de Contas e o Ministério Público. Continuamos lutando, inclusive na Justiça, para termos acesso à auditoria feita no Ministério Público e no Tribunal de Contas do nosso estado. Mas são passos que vêm sendo dados no Brasil e no estado na divulgação e no acesso à informação sobre os gastos públicos.

Além disso temos, com certeza, o que eu já falava no início, um dos grandes projetos ao qual dedicamos boa parte do nosso tempo, do nosso debate, da nossa organização, que é a questão da Defensoria Pública. Eu destacaria como um dos principais projetos deste ano e deste primeiro semestre.

Outro tema, relacionado aos agricultores, principalmente aos agricultores familiares do nosso estado, é o tema do Código Florestal Brasileiro. Mesmo como deputado estadual, acompanhamos este debate na ponta, com os agricultores e com as organizações.

Também acompanhamos este debate em Brasília, em inúmeras reuniões, seja na Câmara federal, com o

presidente, seja com os deputados, com as comissões, mas também com o ministério do Meio Ambiente.

Temos acompanhado esta questão diretamente com a agricultura familiar, e com o setor construímos propostas que influenciaram nas decisões do ministério do Meio Ambiente, do governo federal, e da Câmara dos Deputados.

Então, esta construção que fizemos, inclusive através da comissão de Agricultura desta Casa, propondo políticas, construindo políticas e propondo inclusive modificações, foi um dos grandes passos de respeito, de diferenciação da agricultura familiar da grande propriedade.

Acho que este foi um dos grandes passos dados, de de fato reconhecer a condição de uma propriedade que tem cinco, dez hectares, da condição diferenciada de uma propriedade que tem cinco a dez mil hectares, no Brasil.

Então, com certeza, destacaria esses dois grandes projetos, tanto da Defensoria quanto a construção do Código Florestal Brasileiro, em nível nacional, neste primeiro semestre.

O nosso desafio é continuar o trabalho de cobrança nas áreas da saúde, de investimentos em rodovias, em ferrovias, do funcionamento da Defensoria Pública de fato, a partir da aprovação do projeto nesta Casa, e outros grandes temas, como a implantação do Código Florestal Brasileiro no estado, enfim, um conjunto de políticas que temos pela frente, que precisam ser implantadas e que têm um grande apelo da sociedade catarinense e brasileira.

Então, gostaria de deixar este recado, esta avaliação e alguns elementos que trouxemos aqui neste primeiro semestre de 2012.

Muito obrigado, sr. presidente, a todos os deputados e a todos que nos acompanham.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais deputados inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, antes de encerrar a presente sessão, agradecemos aos funcionários da Casa que colaboraram em plenário, especialmente aos policiais militares que deram segurança à Casa, ao pessoal da TVAL que trabalhou até o presente momento, às taquígrafas que estão aqui no plenário também, às nossas assessoras da Mesa Diretora que trabalharam até o presente momento, ao pessoal da imprensa, e também aos telespectadores que acompanharam esta sessão até o presente momento.

Não havendo mais nada a tratar, damos por encerrada a presente sessão, convocando outra, ordinária, para a hora regimental.

Está encerrada a sessão.

